



Educação Profissional Técnica Integrada ao Ensino Médio do Estado do Ceará: Um Olhar sobre as Dimensões Contextuais das Escolas Estaduais de Educação Profissional no Âmbito do Ciclo de Políticas Públicas Educacionais com Ênfase na Teoria da Atuação

Technical and Vocational Education Integrated with Secondary Education in the State of Ceará: A Look at the Contextual Dimensions of State Vocational Education Schools Within the Framework of Educational Public Policy Cycles, With an Emphasis on the Theory of Action

Raimundo Nonato de Menezes Moreira

Mestre em Gestão e Avaliação da Educação Pública, UFJF. ID Lattes: 5050339483520706

Francisco Romulo Mesquita Cesar

Mestre em Gestão e Avaliação da Educação Pública, UFJF. ID Lattes: 7288894213436146

Antonia Rute Menezes Frota

Graduada em Licenciatura em História, UVA. ID Lattes: 6235487355282309

Resumo: a política de educação profissional e técnica integrada ao ensino médio passou a ser materializada no contexto do Estado do Ceará em 2008, mediante a Lei nº 14.273/2008 ao criar as Escolas Estaduais de Educação Profissional – EEEP, que têm por objetivo promover aos jovens cearenses uma formação direcionada à inserção no mercado de trabalho, preparação para o ingresso no ensino superior e formação cidadã. O interesse por essa temática surge da necessidade de buscar compreender como essa política foi instituída na rede estadual de educação cearense, o que dizem os documentos legais que norteiam o seu desenvolvimento, e como ela vem atuando. Nesse sentido, o presente trabalho tem por objeto de estudo as EEEP à luz da abordagem do ciclo de políticas de Ball e colaboradores (Ball, 1994; Bove; Ball; Gold, 2017), bem como das dimensões contextuais da teoria da atuação (contextos situados, culturas profissionais, contextos materiais e contextos externos) de Ball, Maguire e Braun (2016). A investigação que ora se propõe tem por hipótese que os contextos situados, as culturas profissionais, os contextos materiais e os contextos externos influenciam a atuação da política das EEEP. Sendo que os fatores das culturas profissionais (compromisso, os papéis desempenhados pelos atores da política, resignificação que os atores fazem da política e o currículo profissional) exercem maiores influências na atuação da política investigada.

Palavras-chave: educação; profissional; técnica; integral.

Abstract: The policy of integrated vocational and technical education within secondary education began to materialize in the context of the State of Ceará in 2008, through Law No.

14.273/2008, which created the State Schools of Professional Education – EEEP. Its objective is to provide young people in Ceará with training geared towards insertion into the job market, preparation for entry into higher education, and civic education. The interest in this topic arises from the need to understand how this policy was instituted in the Ceará state education network, what the legal documents that guide its development say, and how it has been operating. In this sense, this work focuses on the EEEP in light of the policy cycle approach of Ball and colleagues (Ball, 1994; Bowe; Ball; Gold, 2017), as well as the contextual dimensions of the theory of action (situated contexts, professional cultures, material contexts, and external contexts) of Ball, Maguire, and Braun (2016). The investigation proposed here hypothesizes that situated contexts, professional cultures, material contexts, and external contexts influence the performance of the EEEP policy. Factors related to professional cultures (commitment, the roles played by policy actors, the reinterpretation of policy by actors, and the professional curriculum) exert the greatest influence on the performance of the investigated policy.

Keywords: education; professional; technical; integrate.

INTRODUÇÃO

O interesse em pesquisar políticas públicas educacionais sempre foi uma constante em nossa caminhada acadêmica, desde a graduação, passando pela especialização até o mestrado. Nessa trajetória, buscamos analisar algumas políticas educacionais, dentre elas: implementação de computadores nas escolas públicas municipais, investigação sobre o processo de gestão e de atuação dos laboratórios de matemática na rede estadual de ensino médio e, recentemente, sobre a política educativa do Projeto Professor Diretor de Turma na rede estadual de educação de ensino médio do Ceará.

Nesse sentido, os estudos desenvolvidos relacionam-se diretamente com as temáticas de ensino médio, educação profissional, gestão e avaliação escolar e atuação de políticas educacionais. A inquietação por aprofundar os estudos sobre essas temáticas ainda nos move, nos inquieta e, não diferente, buscamos no doutorado ampliar nossos conhecimentos sobre tais temáticas tão pertinentes ao âmbito escolar.

O interesse pelo estudo dessas temáticas surge, inicialmente, enquanto professor da rede estadual de educação de ensino médio, na modalidade de ensino regular e posteriormente na experiência como pesquisador em políticas públicas educacionais. Compreender as dimensões contextuais que influenciam a atuação da política de Educação Profissional Técnica Integrada Ao Ensino Médio do Estado do Ceará, através de um estudo comparativo entre duas Escolas Estaduais de Educação Profissional - EEEP estabelecidas em contextos diferentes a partir da abordagem do ciclo de políticas e da teoria da atuação.

Nesse ínterim, buscaremos compreender como as políticas educacionais são construídas, interpretadas e, posteriormente, como são encenadas/atuadas pelos diversos atores que as criam e/ou implementam, com o intuito de promover uma reflexão sobre elas e contribuir para o aprimoramento das mesmas, principalmente no seio escolar.

Assim, este trabalho proporá uma interpretação e análise das contribuições teóricas já existentes sobre a educação profissional e técnica, buscando identificar e preencher algumas lacunas presentes nas pesquisas já realizadas sobre essa temática. Além de propor aos formuladores e implementadores dessa política sugestões e ajustes de melhorias para o processo de atuação da política das EEEP.

ABORDAGEM DO CICLO DE POLÍTICA E OS CONTEXTOS DIMENSIONAIS DA TEORIA DA ATUAÇÃO

A abordagem do ciclo de políticas (policy cycle approach) vem sendo utilizada, nas últimas décadas, por vários pesquisadores internacionais e brasileiros como uma ferramenta para análise de políticas públicas, principalmente no âmbito da política educacional. Segundo Mainardes (2018), essa abordagem nos permite fazer uma análise crítica da trajetória de programas e políticas, desde sua formulação inicial até os resultados e consequências.

O ciclo de política proposto pelo pesquisador inglês Stephen J. Ball e colaboradores (Bowe; Ball; Gold, 2017; Ball, 1994) apresenta um ciclo contínuo, composto por três contextos primários: contexto da influência, contexto da produção do texto e contexto da prática (Bowe; Ball; Gold, 2017), sendo ampliado posteriormente com os contextos dos resultados/efeitos e o de estratégia política. Cada um desses contextos “[...] consiste em várias arenas de ação, algumas públicas e outras privadas” (Ball, 1994, p. 26, tradução nossa1).

A caracterização destas arenas, de acordo com Bowe, Ball e Gold (2017), pode ser assim resumida: o contexto da influência se refere ao primeiro contexto de uma política, no qual esta é normalmente iniciada, ou seja, os discursos políticos são construídos. Já o segundo contexto, contexto da produção de texto, refere-se à produção de documentos oficiais, textos legais e outros documentos elaborados a partir desses textos, bem como podem ser considerados os comentários formais e informais produzidos a partir dos textos oficiais.

O terceiro contexto, contexto da prática, é onde a política está passível à interpretação e recriação pelos atores que atuam na mesma, uma vez que ela não é simplesmente recebida e implementada dentro dessa arena, mas está sujeita à interpretação e depois é “recriada” (Bowe; Ball; Gold, 2017, p. 34, tradução nossa).

O contexto dos efeitos/resultados está relacionado com a avaliação da política, aos efeitos e impactos que pode causar junto à sociedade, assim como às possíveis desigualdades que pode provocar e o contexto da estratégia política consiste na instituição de ferramentas para discutir as desigualdades e injustiças geradas ou mantidas pela política (Ball, 1994).

Um outro aspecto de suma importância na abordagem do ciclo de políticas está relacionado à Teoria da Atuação proposta por Stephen Ball, Meg Maguire e Annette Braun (2016). Estes autores defendem a ideia de que as políticas não são meramente implementadas, mas atuadas por estarem sujeitas a processos de recontextualização e recriação. Dessa forma, os contextos dimensionais da atuação

da política (contextos situados, culturas profissionais, contextos materiais e os contextos externos) surgem para complementar a análise do contexto da prática da abordagem do ciclo de políticas.

Ball, Maguire e Braun (2016, p. 38) afirmam que os fatores situados “referem-se àqueles aspectos do contexto que são historicamente e localmente ligados à escola, como o estabelecimento de uma escola, sua história e suas matrículas”. Já as culturas profissionais, de acordo com os autores acima citados, estão relacionadas ao ethos, aos valores, aos compromissos e às experiências dos docentes no âmbito escolar.

Com relação aos contextos materiais, podemos observar que esta dimensão se relaciona com vários aspectos, a saber: a infraestrutura, orçamento, os funcionários e as tecnologias de informação (Ball; Maguire; Braun, 2016). A última dimensão contextual, os contextos externos, diz respeito ao “grau e qualidade do apoio das autoridades locais; pressões e expectativas de contexto político mais amplo [...]” (Ball; Maguire; Braun, 2016, p. 38). Vale destacar que, embora a abordagem do ciclo de políticas possa parecer simples, segundo Mainardes (2018, p. 08), esse tipo de abordagem “requer um referencial complexo, que demanda diversas investigações e ainda a adoção de um referencial teórico que dê sustentação para a análise de políticas específicas”. (Mainardes, 2018). Assim, o aporte teórico também será fundamentado nas discussões da integração entre o ensino médio e a educação profissional técnica de nível médio do Brasil e de modo específico do Ceará.

Política de Educação Profissional Técnica e o Decreto N° 5154/2004

Diante da impossibilidade de instituir a educação politécnica no contexto brasileiro de forma imediata, “uma solução transitória e viável é um tipo de ensino médio que garanta a integralidade de uma educação básica, ou seja, que inclua os conhecimentos científicos produzidos e acumulados historicamente pela sociedade” (Brasil, 2007a, p. 24).

Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005, p. 43) advogam que “o ensino médio integrado ao ensino técnico, sob uma base unitária de formação geral, é uma condição necessária para se fazer a ‘travessia’ para uma nova realidade”. Em consonância com esse pensamento, na “travessia” se faz necessário “reclamar por ‘escolas técnicas (teóricas e práticas)’ com base no princípio educativo do trabalho”. (Moura; Lima Filho; Silva, 2015, p. 1070).

Nesse sentido, o Decreto n° 5154/2004, estabelecido no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, regulamenta a educação profissional no Brasil e surge como uma possibilidade de reintegração entre o ensino médio e a educação profissional. Desse modo, revogando o Decreto n° 2.208/97, estabelecido no governo de Fernando Henrique Cardoso, caracterizado pela estrutura dual do ensino, ou seja, separação entre a formação profissional e a formação geral.

Nessa perspectiva, para Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005, p. 43), “a garantia por meio do Decreto n. 5.154/2004 pretende reinstaurar um novo ponto

de partida para essa travessia, de tal forma que o horizonte do ensino médio seja a consolidação da formação básica unitária e politécnica, centrada no trabalho, na ciência e na cultura”. Dessa maneira, compreendemos que o ensino médio integrado ao ensino técnico, sob uma base unitária de formação geral garantindo a todos o direito de conhecimento, pode representar um grande avanço educacional brasileiro na superação da dicotomia entre a formação acadêmica (saber pensar), direcionada para os filhos das elites políticas e econômicas, e o ensino para a formação instrumental (saber-fazer), destinado aos filhos dos trabalhadores.

Vale destacar que, mesmo com a publicação do Decreto nº 5154/2004, a articulação entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio foi mantida na forma de articulação concomitante (para aqueles que já tenham concluído o ensino fundamental ou estejam cursando o ensino médio) e subsequente (para aqueles que já tenham concluído o ensino médio). Foi introduzida uma terceira alternativa, a de formação integrada dos estudantes (somente para aqueles que já tenham concluído o ensino fundamental), incorporada à LDB através da Lei nº 11741/08.

No entendimento de Ciavatta (2005), para que haja uma formação integral do estudante, é necessário a superação da dicotomia entre o trabalho manual e intelectual. Como formação humana:

[...] o que se busca é garantir ao adolescente, ao jovem e ao adulto trabalhador o direito a uma formação completa para a leitura do mundo e para a atuação como cidadão pertencente a um país, integrado dignamente à sua sociedade política (Ciavatta, 2005, p. 85).

Em consonância com este pensamento, Araújo e Frigotto (2015, p. 77) afirmam que “A articulação entre trabalho e ensino deve servir para formar homens onilaterais, ou seja, promover e desenvolver amplas capacidades humanas, intelectuais e práticas”. O grande desafio é que atualmente a formação proporcionada à maioria dos jovens brasileiros não tem contemplado uma formação efetiva para a inserção no mercado de trabalho, o ingresso no ensino superior e/ou formação cidadã.

No entanto, no contexto educacional brasileiro, mediante a concretização da educação profissional e tecnológica na rede federal e estadual, esse cenário vem apresentando significativas mudanças nas últimas décadas.

Educação Profissional Técnica de Nível Médio no Estado do Ceará: O Caso das Escolas Estaduais de Educação Profissional

Entre as políticas educacionais instituídas no contexto do Estado do Ceará, nos últimos anos, vem se destacando a política de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional, materializada através das Escolas Estaduais de Educação Profissional – EEEP. A criação destas escolas somente foi possível após a publicação do Decreto nº 6.302/2007, que estabeleceu o Programa Brasil Profissionalizado, com o objetivo de fomentar a oferta do ensino médio integrado à educação profissional, salientando a educação científica e humanística (Brasil, 2007b).

A partir de 2008, o Estado do Ceará assumiu o desafio de introduzir a política de ensino médio integrado à educação profissional, através da Lei nº 14.273/2008 (Ceará, 2008), que estabeleceu a criação das Escolas Estaduais de Educação Profissional no Ceará, mais conhecidas pela sigla EEEP e pela denominação escolas profissionais/escolas técnicas.

Para a Seduc-CE, o Governo do Estado, ao ofertar essa nova modalidade de ensino, tem por finalidade fomentar aos jovens cearenses uma formação direcionada para o mercado de trabalho e concomitante preparação para o ingresso no ensino superior, além de possibilitar aos discentes uma formação contemplando o protagonismo, autonomia, visão empreendedora e uma formação para a cidadania. (Ceará, 2008).

A atuação dessa nova modalidade de ensino no Ceará foi realizada em três fases distintas. Inicialmente, em 2008, com o surgimento das primeiras 25 Escolas Estaduais de Educação Profissional realizadas em prédios já existentes, adaptados para oferta da educação profissional e tecnológica. Depois, em 2009, foram instituídas mais 26 escolas profissionais, quando houve a seleção de docentes, discentes e gestores, sendo ainda realizadas em prédios adaptados. E a terceira fase consiste a partir de 2010, quando todas as EEEPs passaram a ser construídas mediante um modelo arquitetônico estabelecido pelo Ministério da Educação - MEC, e chamadas atualmente de escolas Padrão MEC.

De acordo com a Seduc (2021), essa nova modalidade de ensino vem apresentando uma expansão significativa em diversos aspectos ao longo dos últimos 13 anos, dentre eles: o número de EEEPs construídas (123 instituições), número de municípios cearenses contemplados (51%), quantidade de jovens matriculados (54000 jovens) e número de cursos técnicos ofertados (52) e melhoria dos indicadores educacionais do Estado do Ceará.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Governo do Estado do Ceará iniciou em 2008 o desafio de implementar e ampliar de forma gradual na rede de educação profissional. Como estratégia central, integrou o ensino médio à formação profissional de nível técnico, oferecendo educação em tempo integral aos jovens cearenses. Essa modalidade possibilitou a milhares de estudantes a qualificação para ingressar no mercado de trabalho de forma concomitante ao preparo para o ingresso na educação superior.

Com uma carga horária de 5.400 horas distribuídas ao longo das três séries, o seu currículo abrange as disciplinas da base nacional comum, disciplinas da formação profissional e parte diversificada. Este último contempla componentes curriculares como: Empreendedorismo; Projeto de Vida; Mundo do Trabalho; Formação para a Cidadania; Projetos Interdisciplinares; Horários de Estudo; Oficina de Redação e Língua Estrangeira Aplicada.

Nessa perspectiva, a educação profissional dá maior amplitude à concepção do direito à educação estabelecido pelo Artigo 205 da Constituição Federal, uma

vez que cria condições favoráveis para o desenvolvimento de uma afinidade do jovem com o mundo do trabalho bem como com o mercado de trabalho.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, R. M. DE L.; FRIGOTTO, G. Práticas Pedagógicas e Ensino Integrado. **Revista Educação Em Questão**, V. 52, N. 38, P. 61-80, 15 Ago. 2015.
- BALL, S. J. **Education Reform: A Critical And Post-Structural Approach**. Buckingham: Open University Press, 1994.
- BALL, S. J.; MAGUIRE, M.; BRAUN, A. **Como As Escolas Fazem As Políticas: Atuação Em Escolas Secundárias**. Trad. Janete Bridon. Ponta Grossa: Editora Uepg, 2016.
- BOWE, R., BALL, S. J.; GOLD, A. **Reforming Education And Changing Schools: Case Studies In Policy Sociology**. London: Routledge, 2017.
- BRASIL. **Decreto Nº 2.208/97**. Regulamentação Do § 2º Do Art. 36 E Os Artigos 39 A 42 Da Lei Nº 9.394, De 20 De Dezembro De 1996, Que Estabelece As Diretrizes E Bases Da Educação Nacional. Brasília, 1997.
- BRASIL. Ministério Da Saúde. Conselho Nacional De Saúde. **Manual Operacional Para Comitês De Ética Em Pesquisa / Ministério Da Saúde, Conselho Nacional De Saúde**. – Brasília: Ministério Da Saúde, 2002.
- BRASIL. Ministério Da Educação. **Decreto Nº 5.154/2004**. Regulamentação do § 2º do Art. 36 e os Artigos. 39 A 41 Da Lei Nº 9.394, De 20 De Dezembro De 1996, Que Estabelece As Diretrizes E Bases Da Educação Nacional. Brasília, 2004.
- BRASIL. Ministério Da Educação. **Programa De Integração Da Educação Profissional Técnica De Nível Médio Integrada Ao Ensino Médio**. Documento Base. 2007a. Disponível Em Http://Portal.Mec.Gov.Br/Setec/Arquivos/Pdf/Documento_Base.Pdf. Acesso Em: 22 Jul. 2021.
- BRASIL. **Decreto Nº 6.302, De 12 De Dezembro De 2007**. Institui O Programa Brasil Profissionalizado. 2007b. Disponível Em: Http://Www.Planalto.Gov.Br/Ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6302.Htm. Acesso Em: 16 Jul. 2021.
- CEARÁ. (ESTADO). Secretaria De Educação. **Lei 14.273/2008**. Secretaria De Educação Do Estado Do Ceará (Seduc), Que Criou As Escolas Estaduais De Educação Profissional – Eep No Estado Do Ceará. Fortaleza, 2008.
- CEARÁ (ESTADO). **Aprovada Na Assembleia A Política De Educação Profissional Do Ceará**. 2021. Disponível Em: <Https://Www.Ceara.Gov.Br/2021/07/08/Aprovada-Na-Assembleia-A-Politica-De-Educacao-Profissional-Do-Ceara/>. Acesso Em: 08 Ago. 2021.
- Clavatta, M. A Formação Integrada: A Escola E O Trabalho Como Lugares De Memória E De Identidade. In: Ramos, Marise. (Org.) ; Frigotto, Gaudêncio (Org.);

Ciavatta, Maria (Org.) . **Ensino Médio Integrado: Concepção E Contradições**. São Paulo: Cortez, 2005; P. 83-105.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (ORG.). **Ensino Médio Integrado: Concepções E Contradições**. São Paulo: Cortez, 2005.

MAINARDES, J. **Abordagem Do Ciclo De Políticas: Explorando Alguns Desafios Da Sua Utilização No Campo Da Política Educacional**. *Jornal De Políticas Educacionais*, Curitiba, V. 12, N. 16, P. 01-19, Ago. 2018. Disponível Em: <https://Revistas.Ufpr.Br/Jpe/Article/View/59217/36164>. Acesso Em: 22 Set. 2021.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Metodología Científica**. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2011. Moraes, R., Galiazzi, M. C. *Análise Textual Discursiva*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2016.

MOURA, D. H.; LIMA FILHO, D. L.; SILVA, M. R. *Politécnica E Formação Integrada: Confrontos Conceituais, Projetos Políticos E Contradições Históricas Da Educação Brasileira*. **Revista Brasileira De Educação**, V. 20 N. 63 Out.-Dez. 2015.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia Do Trabalho Científico: Métodos E Técnicas Da Pesquisa E Do Trabalho Acadêmico**. 2. Ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

UFPB. **O PROGRAMA**. Programa De Pós-Graduação Em Educação – Ppge. Paraíba, 2021. Disponível Em: <Http://Www.Ce.Ufpb.Br/Ppge/Contents/Menu/Institucional/Quem-Somos>. Acesso Em: 15 Set. 2021.